

Está programado para o dia 20 de março, a partir de 9h, no auditório Nereu Ramos, em Brasília, o Encontro Nacional de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e Servidores Ativos e suas entidades. A mobilização tem o propósito de pressionar os deputados federais a assinarem o requerimento para inclusão da PEC 555/2006 – que extingue a cobrança previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e dos pensionistas (contribuição de inativos) – na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

Na reivindicação, organizada pelo Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas), represen-

injusta, uma vez que os aposentados, após uma vida inteira de trabalho, já cumpriram o requisito de tempo referente ao pagamento da contribuição, para obter o direito à aposentadoria. De acordo com carta do Fisco Fórum/MG (foro de entidades que discutem assuntos referentes à fiscalização federal, estadual, municipal e do trabalho, em Minas Gerais) – em que solicitam a assinatura, pelos parlamentares, de requerimentos para inclusão da matéria na Ordem do Dia –, após a Emenda Constitucional nº 41/2003, os

Câmara dos Deputados e tem mais de 200 assinaturas favoráveis à inclusão na pauta de votações.

De acordo com o presidente da ANFIP, Álvaro Sólton de Franca, a aprovação da proposta é uma das prioridades da entidade em 2013, mas é preciso haver engajamento. “A nossa proposta é que exista um cronograma para que essa pressão seja permanente. É fundamental o engajamento de todas as entidades nos estados e o convencimento dos colegas do Brasil inteiro”.

defesa dos servidores públicos ativos e aposentados e pensionistas no tema. “Estamos aumentando o coro das reivindicações para pressionar os deputados que ainda não assinaram. Com as mobilizações, esperamos conseguir a inclusão da matéria na pauta de votações e sua consequente aprovação”, informou a presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Ilva Maria Franca Lauria.

A presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais (Affemg), Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, ressaltou que a tensão no campo jurídico provocada por quatro Adins (Ações Diretas de Inconstitucionalidade) – que questionam a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº

PEC 555

Mobilização para convencer parlamentares

tantes de entidades de várias localidades do Brasil, entre elas a ANFIP-MG, ainda farão trabalho parlamentar com deputados que não assinaram os requerimentos.

A Associação salienta que a PEC 555 não é pleito exclusivo dos Auditores-Fiscais – mas sim de todos os servidores públicos – e apoia a aprovação da matéria por entender que a cobrança é

aposentados estão sendo prejudicados com o desconto previdenciário, “exatamente em uma fase da vida em que mais precisam de recursos financeiros para a garantia dos meios básicos de preservação da saúde física e mental e do aperfeiçoamento intelectual, espiritual e social”.

A PEC 555/2006 já está pronta para ser votada no Plenário da

Por isso, a ANFIP-MG formulou, junto com as entidades que compõem o Fisco Fórum/MG, as cartas que foram enviados para os deputados mineiros que ainda não assinaram o requerimento.

FÓRUM Entre outros assuntos, o foro estabelecido pelo Fisco Fórum/MG está engajado na

41/2003 (Reforma da Previdência 2), aprovada durante o Mensalão – pode ajudar o encaminhamento da PEC no campo político, uma vez que o governo poderá negociar a aprovação da proposta em detrimento do questionamento da Reforma Previdenciária.

Para saber mais informações sobre a PEC 555 acesse o endereço <http://migre.me/dCiJy>.

Fisco Fórum/MG alinha diretrizes

Entidades que compõem o Fisco Fórum/MG – criado para discutir assuntos relacionados à fiscalização federal, estadual, municipal e do trabalho – se reuniram no dia 5 de fevereiro para tratar de questões relativas à sua atuação. Entre eles, a coordenação do foro em 2013, valores de contribuição por parte de cada entidade, campanhas publicitárias de valorização do serviço público, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) e trabalhos parlamentares.

No encontro, ficou definido que a coordenação ficará a cargo da Delegacia Sindical do Sinfisco Nacional em Belo Horizonte (DS-BH) de janeiro a junho de 2013. De junho a dezembro,

quem assume é o Sindicato dos Auditores Fiscais e Auditores Técnicos de Tributos Municipais de Belo Horizonte (Sinfisco-BH).

Sobre a contribuição, os valores fixados levaram em conta o número de associados ou filiados e se destinam ao custeio de atividades e campanhas publicitárias, como as de valorização do Auditor-Fiscal – realizadas entre dezembro e janeiro –, que foram bem avaliadas pelos representantes das entidades. Outras devem ser desenvolvidas ao longo do ano.

FUNPRES A Affemg registrou sua preocupação com a condução do tema por parte do governo, discorrendo sobre os problemas existentes, e ressaltou



Foto: DS-BH

Representantes das entidades do Fisco Fórum

a necessidade de se defenderem melhorias e alterações na lei que regula o sistema.

O vice-presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG, Afonso Ligório de Faria, e o presidente da DS-BH, Luiz Sérgio

Fonseca, também se manifestaram apontando as consequências do fundo para o serviço público. De acordo com eles, o novo servidor precisa ser alertado sobre os riscos e problemas da previdência privada.